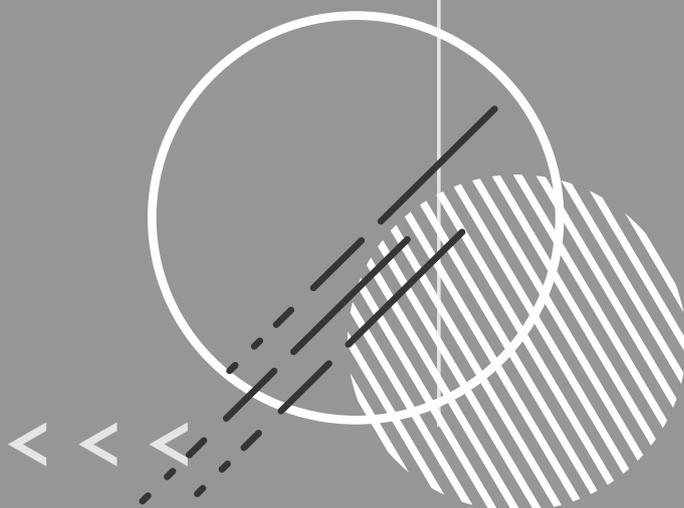




**RELATÓRIO  
ANUAL**

**2016**



Relatório da Administração

Indicadores

Balço e Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Relatório da Auditoria

Parecer do Conselho Fiscal

Movimentação do FATES

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – SICOOB Cecremef, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB Cecremef completou 55 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB Cecremef obteve um resultado de 2.166.789,90 representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 3,45%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 327.258.949,91. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 82.876.574,19.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 82.876.574,19	100%
--------------------	-------------------	------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 3,79% da carteira, no montante de R\$ 3.210.200,44.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 350.826.933,09, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 16%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 10.618.558,65	3,03%
Depósitos a Prazo	R\$ 340.208.374,44	96,97%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 19,07% da captação, no montante de R\$ 63.562.745,49.

### 5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB Cecremef era de R\$ 62.837.654,10. O quadro de associados era composto por 10.042 cooperados, havendo um acréscimo de 1,75% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "rating" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Cecremef adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,03% nos níveis de "AA" a "C".

### 7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem à Diretoria Executiva as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho Fiscal e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

### 8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2016, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2016, todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal fizeram o curso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, do SICOOB.

### 9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Cecremef aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressarem na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

### 10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a ouvidoria do SICOOB Cecremef registrou 50 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 50 reclamações, 37 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança, e aos colaboradores pela dedicação.

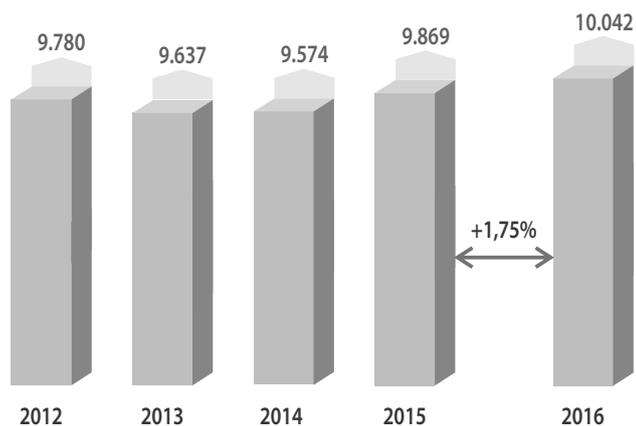
Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2017.

### Diretoria Executiva

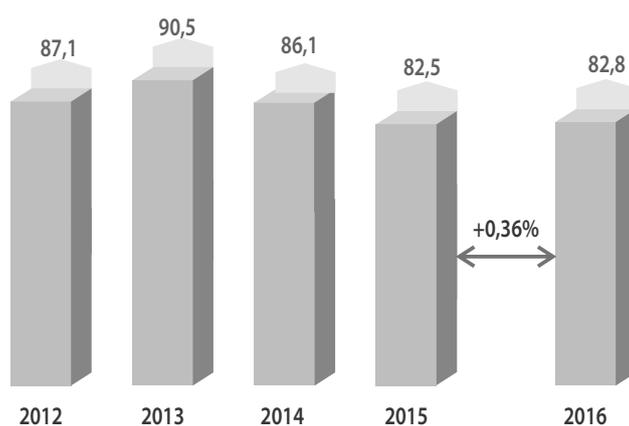
Francisco Carlos Bezerra da Silva Diretor Presidente	Joaquim José Vieira dos Santos Costa Diretor Financeiro
Marcos Machado de Almeida Diretor de Administração	Mina Fiszman Diretora Social
Francisco Carlos Mesquita Diretor Auxiliar	Agliberto Cravo Barroso Diretor Suplente

# INDICADORES

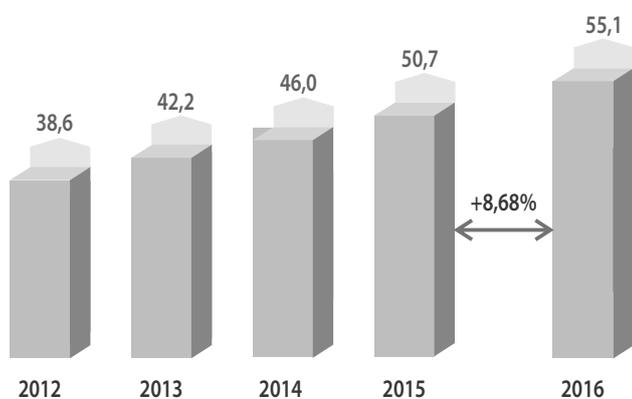
## QUADRO SOCIAL



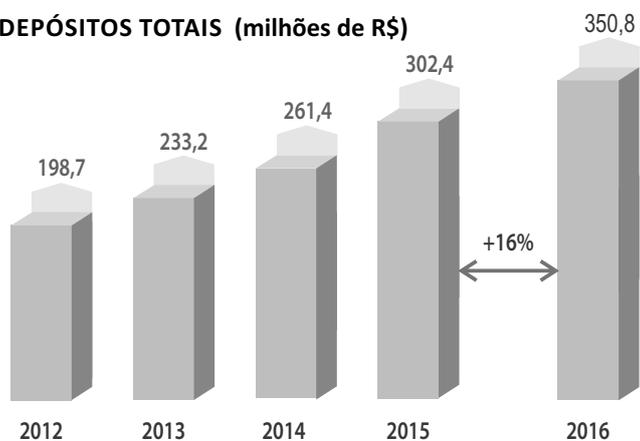
## CARTEIRA DE CRÉDITO (milhões de R\$)



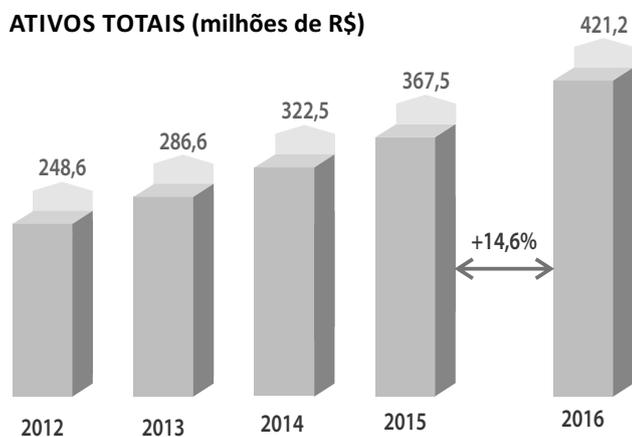
## CAPITAL SOCIAL (milhões de R\$)



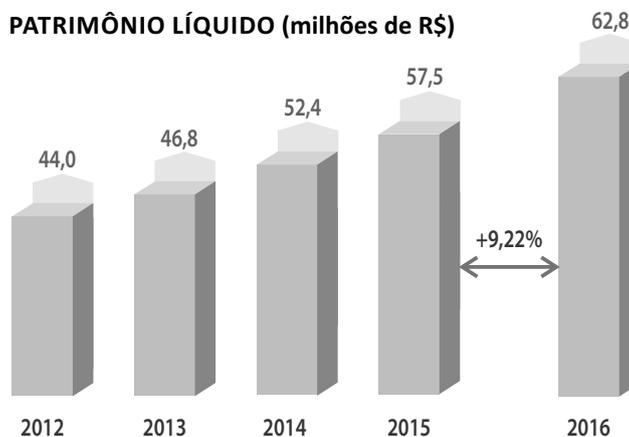
## DEPÓSITOS TOTAIS (milhões de R\$)



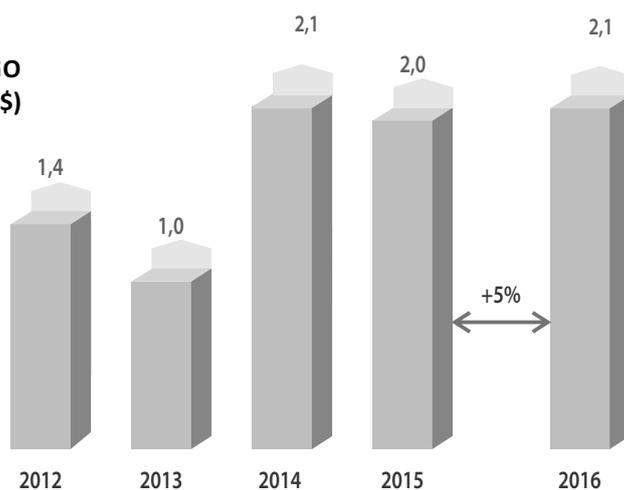
## ATIVOS TOTAIS (milhões de R\$)



## PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhões de R\$)



## SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO (milhões de R\$)



## BALANÇO PATRIMONIAL – EM REAIS

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>359.202.018,42</b>	<b>308.164.736,72</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 03)	218.460,89	394.931,49
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	327.258.949,91	275.476.737,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	30.964.530,38	31.065.248,84
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	708.236,89	1.126.999,86
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	51.840,35	100.818,85
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>62.005.157,50</b>	<b>59.366.031,95</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		50.381.089,45	49.971.098,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	50.381.089,45	49.971.098,66
PERMANENTE	(NOTA 08)	11.624.068,05	9.394.933,29
INVESTIMENTOS	(NOTA 08a)	7.529.625,10	6.609.011,00
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 08b)	4.000.037,43	2.716.899,46
INTANGÍVEL	(NOTA 08c)	94.405,52	69.022,83
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>421.207.175,92</b>	<b>367.530.768,67</b>
PASSIVO		31/12/2015	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>358.315.002,95</b>	<b>309.977.899,34</b>
DEPÓSITOS	(NOTA 09)	350.826.933,09	302.438.300,92
OUTRAS OBRIGAÇÕES		7.488.069,86	7.539.598,42
Cobrança e Arrecadação de Tributos		4.658,54	5.354,54
Sociais e Estatutárias	(NOTA 10)	2.511.271,32	1.979.628,40
Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 11)	374.852,15	287.372,71
Diversas	(NOTA 12)	4.597.287,85	5.267.242,77
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>62.892.172,97</b>	<b>57.552.869,33</b>
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 14a)	55.137.439,20	50.759.198,82
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	(NOTA 14b)	723.973,03	747.471,67
RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 14c)	4.863.970,84	4.006.654,34
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTA 14e)	2.166.789,90	2.039.544,50
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>421.207.175,92</b>	<b>367.530.768,67</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS – EM REAIS**

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>12.307.547,14</b>	<b>24.186.580,97</b>	<b>23.149.329,74</b>
Operações de Crédito	12.307.547,14	24.186.580,97	23.149.329,74
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(22.114.804,42)</b>	<b>(42.472.497,23)</b>	<b>(34.797.422,65)</b>
Operações de Captação no Mercado	(21.834.731,68)	(41.988.137,64)	(33.777.417,16)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(280.072,74)	(484.359,59)	(1.020.005,49)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(9.807.257,28)</b>	<b>(18.285.916,26)</b>	<b>(11.648.092,91)</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>12.309.642,55</b>	<b>22.878.023,09</b>	<b>15.280.068,31</b>
Receitas de Prestação de Serviços	208.775,12	416.437,95	680.533,01
Rendas de Tarifas Bancárias	51.036,50	95.233,00	87.410,74
Despesas de Pessoal	(5.617.345,20)	(11.096.766,61)	(9.796.048,43)
Outras Despesas Administrativas	(2.870.112,85)	(5.336.700,48)	(4.445.993,19)
Despesas Tributárias	(46.665,77)	(89.449,28)	(87.274,84)
Outros ingressos/rendas operacionais (NOTA 16.a)	22.282.729,28	42.278.782,09	32.258.999,83
Outros dispêndios/despesas operacionais (NOTA 16.b)	(1.698.774,53)	(3.389.513,58)	(3.417.558,81)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.502.385,27</b>	<b>4.592.106,83</b>	<b>3.631.975,40</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 16.c)</b>	<b>18.378,69</b>	<b>31.799,00</b>	<b>20.571,32</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>2.520.763,96</b>	<b>4.623.905,83</b>	<b>3.652.546,72</b>
Provisão para Imposto de Renda	(14.914,50)	(42.184,44)	(64.751,26)
Provisão para Contribuição Social	(14.221,85)	(40.925,42)	(50.872,90)
Reversão da Reserva de Reavaliação	11.749,32	23.498,64	23.498,64
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>2.503.376,93</b>	<b>4.564.294,61</b>	<b>3.560.421,20</b>
F A T E S – Atos não-cooperativos	–	(254.213,46)	
F A T E S – Atos cooperativos	–	(1.285.974,75)	(1.061.076,77)
Reserva Legal	–	(857.316,50)	(459.799,93)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO/SEMESTRE</b>	<b>2.503.376,93</b>	<b>2.166.789,90</b>	<b>2.039.544,50</b>
Juros ao Capital	(1.244.845,50)	(2.421.460,31)	(2.112.164,19)

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EM REAIS

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Reavaliação	Reserva Legal	Sobras / Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>46.161.563,58</b>	<b>(120.696,06)</b>	<b>770.970,31</b>	<b>3.542.840,32</b>	<b>2.101.107,49</b>	<b>52.455.785,64</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(2.074.659,32)	(2.074.659,32)
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(24.232,72)	(24.232,72)
Ao Capital Social	2.215,45	-	-	-	(2.215,45)	-
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	4.510.284,41	(98.607,91)	-	-	-	4.411.676,50
Por Devolução ( - )	(1.788.184,94)	-	-	-	-	(1.788.184,94)
Recuperação de Reserva	-	-	-	4.014,09	-	4.014,09
Reversão de Reservas	-	-	(23.498,64)	-	23.498,64	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	3.536.922,56	3.536.922,56
Subscrição dos Juros ao Capital	2.092.624,29	-	-	-	-	2.092.624,29
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva	-	-	-	459.799,93	(459.799,93)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.061.076,77)	(1.061.076,77)
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>50.978.502,79</b>	<b>(219.303,97)</b>	<b>747.471,67</b>	<b>4.006.654,34</b>	<b>2.039.544,50</b>	<b>57.552.869,33</b>
<b>Movimentação de Capital</b>						
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(2.022.369,79)	(2.022.369,79)
Cotas de Capital a Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(14.786,15)	(14.786,15)
Ao Capital Social	2.388,56	-	-	-	(2.388,56)	-
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	4.137.498,56	(122.944,30)	-	-	-	4.014.554,26
Por Devolução ( - )	(2.034.342,09)	-	-	-	-	(2.034.342,09)
Reversão de Reservas	-	-	(23.498,64)	-	23.498,64	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	4.540.795,97	4.540.795,97
Subscrição dos Juros ao Capital	2.395.639,65	-	-	-	-	2.395.639,65
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(254.213,46)	(254.213,46)
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva	-	-	-	857.316,50	(857.316,50)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.285.974,75)	(1.285.974,75)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>55.479.687,47</b>	<b>(342.248,27)</b>	<b>723.973,03</b>	<b>4.863.970,84</b>	<b>2.166.789,90</b>	<b>62.892.172,97</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – EM REAIS

	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Sobras/Perdas do Exercício	2.520.763,96	4.623.905,83	3.652.546,72
IRPJ / CSLL	(29.136,35)	(83.109,86)	(115.624,16)
Depreciações e Amortizações	258.788,45	443.979,66	381.128,41
<b>Sobras/Perdas do Exercício Ajustado</b>	<b>2.750.416,06</b>	<b>4.984.775,63</b>	<b>3.918.050,97</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>			
Operações de Crédito	155.744,45	(309.272,33)	3.795.607,80
Outros Créditos	20.696,77	418.762,97	(693.314,70)
Outros Valores e Bens	70.331,76	48.978,50	(13.200,51)
Depósitos a Vista	2.451.221,54	(1.107.267,81)	3.226.064,97
Depósitos a Prazo	23.940.746,90	49.495.899,98	37.803.587,08
Outras Obrigações	395.937,33	(51.528,56)	(1.193.916,35)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>29.785.094,81</b>	<b>53.480.348,38</b>	<b>46.842.879,26</b>
Alienação de Imobilizações de Uso		-	14.118,33
Aplicação no Intangível	(2.300,00)	(65.946,09)	(4.577,61)
Aquisição em Imobilizado de Uso	(424.929,78)	(1.686.744,96)	(497.050,77)
Aquisição em Investimentos	(667.547,00)	(920.614,10)	(373.092,06)
Outros Ajustes	190,73	190,73	(91.142,30)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>(1.094.586,05)</b>	<b>(2.673.114,42)</b>	<b>(951.744,41)</b>
Aumento por novos aportes de Capital	2.046.464,33	4.014.554,26	4.411.676,50
Devolução de Capital à Cooperados	(546.191,18)	(2.034.342,09)	(1.788.184,94)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar		(14.786,15)	(24.232,72)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(2.022.369,79)	(2.074.659,32)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(254.213,46)	(254.213,46)	-
FATES Sobras Exercício	(1.285.974,75)	(1.285.974,75)	(1.061.076,77)
Amortização Rateio/Perdas		-	4.014,09
Subscrição do Juros ao Capital	2.395.639,65	2.395.639,65	2.092.624,29
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>2.355.724,59</b>	<b>798.507,67</b>	<b>1.560.161,13</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>31.046.233,35</b>	<b>51.605.741,63</b>	<b>47.451.295,98</b>
No início do período	296.431.177,45	275.871.669,17	228.420.373,19
No fim do período	327.477.410,80	327.477.410,80	275.871.669,17
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>31.046.233,35</b>	<b>51.605.741,63</b>	<b>47.451.295,98</b>

# COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA - SICOOB CECREMEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961, filiada à Cooperativa Central do Estado do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia,

tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos. O SICOOB CECREMEF possui 5 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BOTAFOGO-RJ, CENTRO-RJ, ANGRA DOS REIS-RJ, PARATY-RJ e SÃO JOSÉ DA BARRA-MG.

### NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração no dia 10 de fevereiro de 2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse

sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

### NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	218.460,89	394.931,49
Relações interfinanceiras – centralização financeira	327.258.949,91	275.476.737,68
<b>TOTAL</b>	<b>327.477.410,80</b>	<b>275.871.669,17</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares,

são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

#### i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para

liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz. n) Imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

#### o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não-financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

### NOTA 4 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	327.258.949,91	275.476.737,68
<b>TOTAL</b>	<b>327.258.949,91</b>	<b>275.476.737,68</b>

### NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

#### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Financiamento	Carteira total em	Total da Provisão em	Carteira total em	Total da Provisão em		
		31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015		
AA	-	Normal	-	8.072.481,16	-	5.959.306,63	-
A	0,5%	Normal	4.954.713,84	53.854.864,25	(269.274,95)	60.002.272,44	(300.011,93)
B	1%	Normal	981.515,72	10.553.976,46	(105.539,76)	9.134.845,50	(91.348,46)
B	1%	Vencidas	324.411,13	654.581,42	(6.545,81)	1.386.408,93	(13.864,09)
C	3%	Normal	501.907,78	6.333.509,17	(190.005,28)	3.340.790,54	(100.223,72)
C	3%	Vencidas	144.511,90	948.465,44	(28.453,96)	846.113,15	(25.383,39)
D	10%	Normal	-	667.271,21	(66.727,12)	319.589,53	(31.958,95)
D	10%	Vencidas	102.485,25	534.929,16	(53.492,92)	249.623,88	(24.962,39)
E	30%	Normal	54.408,02	147.207,81	(44.162,34)	220.341,02	(66.102,31)
E	30%	Vencidas	78.610,09	370.439,42	(111.131,83)	179.312,26	(53.793,68)
F	50%	Normal	-	7.230,45	(3.615,23)	2.002,08	(1.001,04)
F	50%	Vencidas	-	63.021,17	(31.510,59)	161.230,35	(80.615,18)
G	70%	Normal	-	37.624,89	(26.337,42)	28.671,92	(20.070,34)
G	70%	Vencidas	-	122.716,75	(85.901,73)	50.582,49	(35.407,74)
H	100%	Normal	12.260,19	193.397,08	(193.397,08)	116.451,98	(116.451,98)
H	100%	Vencidas	14.083,20	314.858,35	(314.858,35)	539.584,69	(539.584,69)
Total Normal			6.504.805,55	79.867.562,48	(899.059,18)	79.124.271,64	(727.168,73)
Total Vencido			664.101,57	3.009.011,71	(631.895,18)	3.412.855,75	(773.611,16)
<b>Total Geral</b>			<b>7.168.907,12</b>	<b>82.876.574,19</b>	<b>(1.530.954,36)</b>	<b>82.537.127,39</b>	<b>(1.500.779,89)</b>
Provisões (-)			(49.645,96)	(1.530.954,36)	-	(1.500.779,89)	-
<b>Total Líquido</b>			<b>7.119.261,16</b>	<b>81.345.619,83</b>	<b>-</b>	<b>81.036.347,50</b>	<b>-</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento**

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2016
Empréstimos	11.754.409,27	17.371.452,16	51.329.280,01	80.455.141,44
<b>Total</b>	<b>11.754.409,27</b>	<b>17.371.452,16</b>	<b>51.329.280,01</b>	<b>80.455.141,44</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:**

Setor	31/12/2016	31/12/2015
	Total da Carteira	Total da Carteira
Setor Privado - Serviços	173.616,50	58.902,50
Pessoas Físicas	80.173.998,01	82.354.767,80
Outros Serviços	107.526,93	123.457,09
<b>Total</b>	<b>80.455.141,44</b>	<b>82.537.127,39</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(1.500.779,89)	(1.352.774,04)
Constituições/Reversões no período	(484.359,59)	(762.783,74)
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	454.185,12	614.777,89
<b>Total</b>	<b>(1.530.954,36)</b>	<b>(1.500.779,89)</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**e) Concentração dos principais devedores:**

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	236.560,48	0,28%	232.353,89	0,28%
10 maiores devedores	1.853.319,46	2,19%	1.670.232,44	1,98%
50 maiores devedores	6.558.154,13	7,75%	6.202.631,80	7,34%

(Valores expressos em reais – R\$)

**f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	2.870.944,24	2.280.618,53
Valor das operações transferidas no período	454.185,12	614.777,89
Valor das operações recuperadas no período	(595.618,74)	(18.530,13)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(9.321,85)	(5.922,05)
<b>Total</b>	<b>2.720.188,77</b>	<b>2.870.944,24</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS**

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas de convênios a receber – Cartões (R\$ 101.545,57) e outras rendas a receber (R\$ 10.882,21)

Outros Créditos	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Rendas A Receber (a)	112.427,78	-	112.427,78	83.992,81
Adiantamentos e Antecipações Salariais	131.887,59	-	131.887,59	92.194,02
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	110.641,66	-	110.641,66	79.418,70
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	660,00	-	660,00	749.638,24
Devedores por Depósitos em Garantia	15.254,80	-	15.254,80	32.360,32
Imposto de Renda a Recuperar	960,60	-	960,60	179,88
Títulos e Créditos a Receber	544,50	-	544,50	529,00
Devedores Diversos – País (b)	593.081,71	-	593.081,71	345.908,64
(-) Provisões Para Outros Créditos	(257.221,75)	-	(257.221,75)	(257.221,75)
<b>Total</b>	<b>708.236,89</b>	<b>-</b>	<b>708.236,89</b>	<b>1.126.999,86</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Em devedores Diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Devedores Diversos	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Diferença de caixa	-	-	-	29.960,00
Pendências a regularizar	7.023,03	-	7.023,03	181,06
Seguros contratados a receber	-	-	-	10.718,26
Plano de saúde a receber	5.779,85	-	5.779,85	-
Pendências a regularizar - bancoob	35.302,51	-	35.302,51	22.873,70
Empresa conta descontos em folha	541.129,97	-	541.129,97	257.221,75
Valores a receber - mensalidades	-	-	-	24.953,87
Transitória - avais e fianças honrados	3.846,35	-	3.846,35	-
<b>Total</b>	<b>593.081,71</b>	<b>-</b>	<b>593.081,71</b>	<b>345.908,64</b>

## NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguro patrimonial e renovação do programa antivírus, conforme demonstrado:

Despesas Antecipadas	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prêmios de seguros	20.409,19	-	20.409,19	18.795,84
Processamento de dados	20.513,91	-	20.513,91	-
Vale Refeição e Alimentação	-	-	-	75.705,16
Vale Transporte	10.917,25	-	10.917,25	6.317,85
<b>Total</b>	<b>51.840,35</b>	<b>-</b>	<b>51.840,35</b>	<b>100.818,85</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

## NOTA 8 – PERMANENTE

### a) Investimentos

O saldo é representado por cotas do SICOOB CENTRAL RIO e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2016	31/12/2015
Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO	7.529.625,10	6.609.011,00
<b>Total</b>	<b>7.529.625,10</b>	<b>6.609.011,00</b>

### b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme o quadro ao lado.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

Imobilizado de Uso	31/12/2016			31/12/2015	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Terrenos	282.000,00	-	282.000,00	282.000,00	-
Edificações	1.189.450,00	(255.383,70)	934.066,30	971.774,14	4%
Instalações	2.685.209,91	(898.641,02)	1.786.568,89	997.324,05	10%
Móveis e equipamentos de uso	743.219,33	(250.393,55)	492.825,78	246.536,09	10%
Sistema de comunicação	129.681,43	(11.246,71)	118.434,72	4.424,64	10%
Sistema de processamento de dados	919.798,05	(581.161,95)	338.636,10	196.930,02	20%
Sistema de segurança	79.772,22	(32.266,58)	47.505,64	17.910,52	10%
Sistema de Transporte	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.029.130,94</b>	<b>(2.029.093,51)</b>	<b>4.000.037,43</b>	<b>2.716.899,46</b>	

(Valores expressos em reais – R\$)

### c) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

(Valores expressos em reais – R\$)

Intangível	31/12/2016			31/12/2015
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Outros Ativos Intangíveis	781.989,50	(687.583,98)	94.405,52	69.022,83
<b>Total</b>	<b>781.989,50</b>	<b>(687.583,98)</b>	<b>94.405,52</b>	<b>69.022,83</b>

## NOTA 9 – DEPÓSITOS

a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Aplicador	22.795.516,45	6,84%	19.121.539,89	6,32%
10 maiores aplicadores	47.556.434,18	14,27%	41.760.284,48	13,81%
50 maiores aplicadores	99.873.348,40	29,96%	85.375.387,81	28,23%

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop, o qual é uma associação civil regido por regulamento próprio, constituído conforme Resoluções CMN n° 4.150/12 e 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Pessoa Física</b>	<b>325.584.016,24</b>	<b>281.306.923,75</b>
Depósito à Vista	9.978.545,19	11.406.053,22
Depósito à Prazo	315.605.471,05	269.900.870,53
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>25.242.916,85</b>	<b>21.131.377,17</b>
Depósito à Vista	640.013,46	319.773,24
Depósito à Prazo	24.602.903,39	20.811.603,93
<b>Total</b>	<b>350.826.933,09</b>	<b>302.438.300,92</b>

## NOTA 10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 30% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.540.616,45	1.061.239,19
Cotas de capital a pagar (b)	970.654,87	918.389,21
<b>Total</b>	<b>2.511.271,32</b>	<b>1.979.628,40</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Valores a serem pagos ao cooperados que se desligaram da cooperativa.

**NOTA 11 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	6.785,63	15.166,49
Impostos e contribuições s/ salários	329.766,89	236.857,64
IRRF sobre aplicações financeiras, Pis e Cofins	35.477,67	34.172,45
Pis e Cofins a Recolher	2.821,96	1.176,13
<b>Total</b>	<b>374.852,15</b>	<b>287.372,71</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - diversas	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Obrigações por aquisição de bens e direitos	5.327,98	-	5.327,98	26.066,09
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (a)	1.676.710,41	-	1.676.710,41	1.331.723,24
Provisão Para Passivos Contingentes (b)	2.387.757,45	-	2.387.757,45	2.040.240,18
Credores Diversos – País (c)	527.492,01	-	527.492,01	1.869.213,26
<b>Total</b>	<b>4.597.287,85</b>	<b>-</b>	<b>4.597.287,85</b>	<b>5.267.242,77</b>

(a) Refere-se a provisão para: aluguéis (R\$ 5.760,08), assessoria técnica (R\$ 10.552,68), comunicações (R\$ 13.466,04), processamento de dados (R\$ 28.251,49), manutenção e

conservação de bens (R\$ 4.534,00), transporte (R\$ 5.100,39), compensação (R\$ 19.742,99), seguro a recolher (R\$ 2.582,75), seguro prestamista (R\$ 80.279,72), provisão de despesa com cartões (R\$ 26.935,76) e outras despesas administrativas (R\$ 1.057,40).

(b) A conta Provisão Para Passivos Contingentes, está assim composta:

Provisão Para Passivos Contingentes	31/12/2016	31/12/2015
PIS*	312.009,11	273.624,07
COFINS*	1.835.908,89	1.610.045,48
INSS	55.427,45	-
Cível	38.554,64	63.629,84
Trabalhista	81.516,12	58.215,24
Provisão para garantias prestadas	64.341,24	34.725,55
<b>Total</b>	<b>2.387.757,45</b>	<b>2.040.240,18</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

\* A cooperativa foi notificada (auto de infração), em 2008, sobre a exigibilidade de créditos tributários não recolhidos, referente à PIS e COFINS, das competências de 2003 e 2004. Foram realizadas as provisões e apresentada impugnação, considerando a vasta jurisprudência sobre não recolhimento dos tributos para os atos cooperativos, com base Lei nº 5.764/71.

(c) A conta Credores Diversos - País, está assim composta:

Credores Diversos – País	31/12/2016	31/12/2015
Outros Credores Diversos - país	37.180,13	1.289.825,24
Pendências a regularizar	3.466,02	5.779,73
Diferença de caixa	700,24	386,04
Pendências do Banco do Brasil	2.195,00	3.629,56
Conta transitória	12.018,02	-
Pendências a Regularizar Bancoob	21.592,14	2.200,23
Créditos de terceiros	439.484,46	428.571,90
Transitória Mastercard - Maestro	-	121.952,49
Taxa de gravames a repassar	-	6.858,90
Outros	4.556,00	10.009,17
Cheques depositados	6.300,00	-
<b>Total</b>	<b>527.492,01</b>	<b>1.869.213,26</b>

**NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e

passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

**NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes. O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social (R\$)	55.137.439,20	50.759.198,82
Associados	10.042	9.869

**(b) Reserva de Reavaliação**

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel, de uso próprio do SICOOB CECREMEF, realizado e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.991,91, sendo para o Terreno R\$ 282.000,00 e a Edificação R\$ 657.991,91, apropriado em 480 meses e amortizado o valor mensal de R\$ 1.958,22.

**(c) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**(d) Sobras ou Perdas Acumuladas**

As sobras líquidas apuradas ao final de cada semestre são transferidas para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, cujo saldo ao final do exercício são destinadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, por meio da

Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A Assembleia Geral Ordinária de 2016 deliberou destinar ao Capital Social as sobras inferiores a R\$ 10,00 por associado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 2.388,56.

**e) Destinações estatutárias e legais**

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a destinação conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sobras /lucro líquido do exercício	4.540.795,97	3.536.922,56
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(254.213,46)	-
<b>Sobras líquidas, base de cálculo das destinações</b>	<b>4.286.582,51</b>	<b>3.536.922,56</b>
<b>Destinações estatutárias</b>		
Reserva legal - 20%	(857.316,50)	(459.799,93)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 30%	(1.285.974,75)	(1.061.076,77)
Reversão de reserva de reavaliação	23.498,64	23.498,64
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>2.166.789,90</b>	<b>2.039.544,50</b>

(Valores expressos em reais – R\$)

**NOTA 15 – RESULTADOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de atos não cooperativos	337.323,31	(216.786,39)
<b>Receita de atos não cooperativos</b>	<b>337.323,31</b>	<b>(216.786,39)</b>
IRPJ/CSLL à recolher	(83.109,85)	(115.606,17)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>254.213,46</b>	<b>(332.392,56)</b>

**NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS / DISPÊNDIOS/DESPESAS E RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

(a) Outros ingressos / rendas operacionais:

Outros ingressos/rendas operacionais	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas	259.104,22	400.330,14	494.085,42
Ingressos de depósitos intercooperativos	21.425.882,29	40.747.382,21	31.050.933,91
Outras Rendas Operacionais	597.742,77	1.131.069,74	713.980,50
<b>Total</b>	<b>22.282.729,28</b>	<b>42.278.782,09</b>	<b>32.258.999,83</b>

(b) Outros dispêndios/despesas operacionais:

Outros dispêndios/despesas operacionais	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Outras despesas operacionais	(453.929,03)	(968.053,27)	(1.305.394,62)
Juros ao Capital	(1.244.845,50)	(2.421.460,31)	(2.112.164,19)
<b>Total</b>	<b>(1.698.774,53)</b>	<b>(3.389.513,58)</b>	<b>(3.417.558,81)</b>

(c) Resultado não operacional:

Resultado não operacional	2º SEMESTRE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos de capital	38.515,44	51.989,53	45.702,50
Perdas de Capital	(20.136,75)	(20.190,53)	(25.131,18)
<b>Total</b>	<b>18.378,69</b>	<b>31.799,00</b>	<b>20.571,32</b>

**NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto

global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	73.670,68	118.621,68	0,09%
Saldo das operações passivas	3.768.399,19	3.194.384,81	1,07%

(a) Detalhamento das Operações

Ativas:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Cheque Especial / Conta Garantia	1.230,29	(12,30)	0,00%
Empréstimos / Financiamentos	72.588,68	(135,99)	0,09%

(b) Detalhamento das Operações

Passivas:

OPERAÇÕES PASSIVAS			
Natureza da Aplicação Financeira Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	Taxa média - %
Depósitos a vista			
Pessoas físicas e jurídicas	23.864,76	0,00%	0,00%
Depósitos a prazo			
Pessoas físicas e jurídicas - taxa pós-fixada	3.744.534,43	1,07%	1,04%

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Conta Corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e Conta Garantida)	2,88% a 3,58%	2,88% a 3,58%
Empréstimo / Financiamento	0,00% a 2,92%	0,00% a 2,92%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,00%	0,00%
Aplicação Financeira - pós CDI	95% a 102,5%	95% a 102,5%
Aplicação Financeira - TR	100,00%	100,00%

(d) No exercício de 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e vales alimentação/refeição, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS	
Descrição	Total dos Benefícios
Honorários	721.500,00
Benefícios (VA e VR)	45.087,26

## NOTA 18 – COOPERATIVA CENTRAL

O SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

## NOTA 19 – COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.291.061,39 referente a movimentação de cartões de crédito de seus associados

## NOTA 19 – COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## NOTA 21 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 62.837.654,10, em 31 de dezembro de 2016.

## NOTA 22 - GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

### 22.1 - RISCO OPERACIONAL

- As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB CONFEDERAÇÃO, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.
- O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a ade-

### 22.2 - RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

- O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira

### 22.3 - RISCO DE CRÉDITO

- O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

### 22.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

- A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).
- O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Seguro Patrimonial	3.438.000,00	2.664.800,00
Seguro de Valores	290.000,00	280.000,00

quação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do SICOOB ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

- No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

- Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CECREMEF, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 7.448.983,39, sendo o montante de R\$ 199.859,76 processos cíveis e R\$ 7.249.123,63 processos tributários.

Rio de Janeiro, RJ, 10 de fevereiro de 2017.

FRANCISCO CARLOS BEZERRA DA SILVA  
Diretor Presidente

MARCOS MACHADO DE ALMEIDA  
Diretor de Administração

JOAQUIM JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS COSTA  
Diretor Financeiro



RAFAEL DIAS  
Contador  
CRC/RJ 102099/O-7

## RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria Executiva e aos Cooperados da  
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 17 de fevereiro de 2017.

Edimilson Artilha Vieira  
Contador – CRC – SP 280575/O  
CNAI 4.726



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF**, após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, e, à vista do parecer da auditoria externa sem ressalvas da CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa em 17/02/2017, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017.

Agildo da Silva Meireles, Celso Lopes de Oliveira, Oswaldo Farelli Ferreira, Paulo Cezar da Silva, Paulo Sérgio Montenegro da Silva e Selma Cristina Santiago Baptista



## MOVIMENTAÇÃO DO FATES – 2016

DESCRIÇÃO	2016	DESCRIÇÃO	2016
<b>(=) SALDO ACUMULADO 2015</b>	<b>1.061.239,19</b>	<b>ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS</b>	<b>998.881,20</b>
		Auxílio Social	1.661,00
		Concerto de Natal	1.597,91
		Bazar de Natal	2.007,26
		Programa Odontológico	60.906,76
		Projeto Qualidade de Vida	30.405,06
		Cursos Sociais	190.353,30
<b>(+) Recebimentos</b>	<b>1.859.988,67</b>	Curso Represent. Áreas Regionais	147.404,88
Atos N/Cooperativos (Lei 5.764)	254.213,46	Passeios e Eventos	344.808,88
Dos Resultados	1.285.974,75	Lajedo	219.736,15
Programa Odontológico	179.258,50		
Outras Contribuições	48.840,86	<b>ASSISTÊNCIA - EMPREGADO</b>	<b>212.721,79</b>
Passeios e Festas	68.872,18	Aux. Funcional (Educação Depend.)	136.824,40
Lajedo	22.828,92	Desenvolvimento de Equipe	41.380,59
		Confraternizações - Funcionários	1.755,00
		Programa Odontológico	32.761,80
<b>(-) Pagamento - Aplicações</b>	<b>1.380.611,41</b>	<b>DESPESA - REPRESENTAÇÃO</b>	<b>169.008,42</b>
Assistência - Associado	998.881,20	Comunicação - Divulgação	95.743,22
Assistência - Empregado	212.721,79	Eventuais	49.265,20
Despesa - Representação	169.008,42	Patrocínio Esportivo	24.000,00
<b>(=) SALDO FINAL</b>	<b>1.540.616,45</b>	<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>1.380.611,41</b>